



**Justificação de Voto do Acionista Minoritário AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobrás, na AGE/AGO da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS, realizada em 26/04/2018, a partir das 15:00 h.**

Senhor Presidente, senhoras e senhores acionistas,

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET, acionista minoritário da Companhia tem como objetivos estatutários defender o **MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO**, a **PETROBRÁS**, o seu **CORPO TÉCNICO** e a **SOBERANIA NACIONAL**. Nesta assembléia vem manifestar sua rejeição às Demonstrações Contábeis, com justificativas abaixo relacionadas.

**Eugênio Aragão: Decreto 9188/17 é o derradeiro tiro na dignidade do Brasil** *Cadê nossa altivez, nossa honra, nossa autoestima? Será que valeu a pena sacar uma presidenta eleita por isso? Por essa pinguela para a barbárie? Será que não pensamos nas nossas filhas e nos nossos filhos, sem futuro, territorializados numa economia globalizada? Sem ativos nacionais, nosso País está perdido. Está condenado a ser um ator de terceira divisão nesse mundo cão que se nos desenha para as próximas décadas.*

#### **SENHOR PRESIDENTE, SENHORES E SENHORAS ACIONISTAS,**

“Em 1999, o sr. **Pedro Parente** foi nomeado para o Conselho de Administração da Petrobrás, tendo assumido a sua presidência. Na sua gestão, o período de 1999 a 2002, foram efetivadas várias ações contrárias aos interesses da Companhia e do País, como, por exemplo: a) foram vendidos 36% das ações na Bolsa de Nova Iorque por apenas US\$ 5 bilhões, quando valiam mais de US\$ 100 bilhões (1); b) foi deflagrado um processo de desnacionalização da Companhia que chegou a mudar o seu nome para Petrobrax.

Hoje, os petroleiros tem clareza de que Parente, na presidência da Companhia, retomou esse processo com carta branca do “presidente” Temer, que segundo o jornalista Glenn Greenwald, logo após assumir foi aos EUA se reunir com a cúpula do Governo americano para receber as instruções para entregar a eles as riquezas do Brasil e combinar as recompensas. Na volta, Temer nomeou Parente para liquidar a Petrobrás através de venda predatória de ativos, estratégicos, a preços vis.

Parente estabeleceu a meta do índice 2 de alavancagem, para justificar a venda de ativos, enquanto as outras petroleiras tem índice acima de 3. O diretor Ivan Monteiro, desde o governo Dilma, pressionado pela PwC, produziu três impairments - desvalorizações de ativos da Companhia - seguidas que chegaram a R\$ 113 bilhões em 2014, 2015 e 2016. Em 2015, transformou se um lucro bruto de 98 bilhões - e líquido de R\$ 15 bilhões - em um “rombo” de 34 bilhões. Com isto, se criou a falsa ideia de a Petrobrás estar quebrada e da necessidade de venda de ativos e se desvalorizou esses ativos para vendê-los a preço vil. Exxon não fez impairments. As demais fizeram muito menos que a Petrobrás.

A Aepet, através de varios artigos de seu presidente Felipe e do sócio Cláudio Oliveira – Economista - tem mostrado que a Petrobrás não precisa vender ativos, pois sua dívida é



administrável e sua situação financeira é melhor do que a das grandes petroleiras internacionais.

Mas a Petrobras que tem o seu Planejamento Estratégico conduzido pelo Diretor Nelson Silva, ex-presidente do grupo British Gas, do grupo Shell, concorrente mais acirrado da Companhia, está “esquecendo” a função estratégica e social de gerar emprego e tecnologia no país.

Um exemplo triste são os estaleiros nacionais. O Estaleiro de Rio Grande chegou a empregar cerca de 29 mil trabalhadores, que foram altamente qualificados ao longo de mais de 10 anos de investimentos, e hoje tem menos de 500, essas empresas investiram e se instalaram e foram inviabilizadas. Muito em face da transferência de plataformas para o exterior: uma com metade já construída, para ser concluída por valor e prazo maiores, e a outra com as chapas já no canteiro, tendo o estaleiro nacional que vender esse material como sucata para ser fundido numa siderúrgica. Isto lesou os acionistas da Petrobras e os trabalhadores.

#### **Outro exemplo grave:**

O presidente Parente resolveu pagar R\$ 11,3 bilhões aos fundos abutres americanos, sem consultar esta assembleia de acionistas e mesmo reconhecendo que a Petrobras não é culpada. No entanto, recusa-se a pagar R\$ 12 bilhões ao Fundo de Pensão, mesmo a dívida tendo sido reconhecida por perícia judicial. Isto está pondo em risco a vida de 74.000 aposentados, que não tiveram chance de se defender e, que fizeram desta Companhia uma das mais competentes e respeitadas internacionalmente. Este fato pode também fazer parte do processo de facilitar a desnacionalização: eliminar os riscos do Fundo de Pensão representado pelos não repactuantes – art. 48-IX. A cisão do Plano Petros e o Plano de Equacionamento do déficit implantado pela Petros inviabilizam o Plano Petros do Sistema Petrobrás.

Nesta AGO está prevista a mudança do estatuto, art. 30, § III, para restringir a participação do Conselheiro eleito pelos empregados na elaboração das matérias a serem debatidas no CA, reduzindo sua participação a meramente aprovar ou rejeitar as matérias sem possibilidade de contribuir tecnicamente para a sua discussão previamente à deliberação do Conselho.

#### **O motivo:**

Enquanto elaborávamos este voto, o Governo preparou um Decreto para efetivar a entrega do patrimônio da Petrobrás para o cartel do petróleo:

**DECRETO Nº 9.355, DE 25 DE ABRIL DE 2018** *Estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.*

No artigo 4º § único - I é dito que a preferência será dada aos atuais parceiros da Petrobrás: Shell, Exxon, Chevron – o Cartel. No art.5º, diz: *cabará ao CA decidir a cessão*. Para isto, além de neutralizar o conselheiro eleito, nomeou alguns novos conselheiros, tais como:

**José Alberto de Paula Torres Lima** - Foi membro do Conselho da Houston Grand



Opera e da ACC American Chemistry Council. Com uma carreira de 27 anos na Shell, exerceu cargos no Brasil e no exterior. Atuou como Vice-Presidente de NBD e Ventures da Shell Chemicals de 2012 até maio de 2016, Vice-Presidente de GNL, Monetização de Gás e Energia Eólica da Shell Upstream Americas - Houston de 2009 a 2012, Presidente da Shell US Gas & Power de 2002 a 2006, Líder de Projetos de M&A na Shell International Gas - Londres de 2001 e 2002.

**Clarissa de Araújo Lins** - Clarissa é diretora executiva do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP (2016) – **segundo o Wikileaks, o IBP é o chefe do lobby contra a Petrobrás (inserção nossa)** - e membro independente do Comitê de Sustentabilidade da Vale, órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (maio/2017). Também é fellow dos Centros de Energia e de Infraestrutura do Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI (julho/2017), filial do CFR – *Council For Foreign Relations* norte-americano. Clarissa foi membro e presidente de comitê externo independente da Royal Dutch Shell (2012-2015) - External Review Committee, com foco em sustentabilidade e estratégia de longo prazo.

**Ana Lucia Poças Zambelli** - Atuou como membro do conselho de administração da Alcoa América Latina (2012 a 2014), como Vice Presidente senior comercial da Maersk Drilling (2015 a 2017), Vice-presidente de Operação Submarinas, Presidente da América do Sul na Transocean (2012 a 2015) e Presidente Brasil na Schlumberger (2007 a 2011). **Empresa que concorre com a Halliburton** em perfuração de poços no mundo.

## **AS PRINCIPAIS VENDAS JÁ REALIZADAS E OS PREJUÍZOS CAUSADOS:**

### **1) MALHA DE GASODUTOS DA NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE (NTS):**

Vendida para a empresa estrangeira Brookfield – ex-Brascan, que na década de 90 deu um golpe na União, vendendo para ela a Light e a Eletropaulo no último ano da concessão – quando retornariam ao patrimônio público sem ônus. A Brookfield irá dominar um monopólio natural e alugá-lo para a Petrobrás pelo preço que quiser. Existe uma cláusula contratual, “Ship or Pay”, que obriga o pagamento pela capacidade máxima dos gasodutos, que foram projetados para o crescimento em 10 anos. Quando a NTS, que administra os gasodutos, era 100% Petrobrás, não havia problema; agora, vendida no pacote, a Petrobrás vai pagar à Brookfield o dobro da capacidade que usar.

#### **1.1) A VENDA**

O negócio foi fechado mediante o pagamento de US\$ 5,08 bilhões à Petrobras. No entanto, do montante de US\$ 5,08 bilhões pagos pela NTS, US\$ 850 milhões serão pagos à Petrobrás somente no quinto ano de operação do ativo, atualizado a uma taxa de juros de 3,35% ao ano; US\$ 1,64 bilhões foram usados para quitar a dívida da NTS com a PGT; e US\$ 100 milhões foram alocados em uma conta garantia (“escrow account”) para manutenção dos dutos da NTS. A entrada líquida de caixa para a Petrobrás foi de apenas US\$ 2,49 bilhões (R\$ 6,279 bilhões).

#### **1.2) O CUSTO DO ALUGUEL DO ATIVO**

De acordo com os relatórios financeiros trimestrais divulgados pela Petrobras, a



Companhia pagou, em alugueis da NTS, R\$ 1,010 bilhão entre 04/04/17 e 30/06/17 e R\$ 1,072 bilhão no terceiro trimestre de 2017, totalizando R\$ 2,082 bilhões. (2)

**Dessa forma, conclui-se que o valor líquido obtido com a venda, de R\$ 6,279 bilhões, será suficiente para pagar os alugueis da malha de gasodutos por apenas 18 meses.**

Pelo exposto, concluímos que a venda da NTS representa um prejuízo imediato à Petrobras da ordem de R\$ 3 bilhões por ano, **Prejuízo: R\$ 60 bilhões pelo contrato de 20 anos, que é prorrogável;**

## **2) A VENDA DA MALHA DE GASODUTOS NTN/TAG**

Agora Parente prepara a venda da TAG – uma rede maior do que a NTS, pois seus gasodutos começam no Terminal Cabiúnas, em Macaé, e vão até Pecém, no Ceará, em uma rede integrada passando pelos Estados do RJ, ES, PE, RN e CE. Possui também o gasoduto Urucu-Manaus e outros gasodutos aglutinados em contratos de transporte de gás ou GTA (gas transport agreements). Os principais são: Gasene, malhas do NE e Pilar-Pojuca. Ela também tem cláusula “Ship or pay”

A TAG registrou, no ano passado, uma receita líquida de R\$ 4,7 bilhões e uma geração de caixa operacional, medida pelo Ebitda, de R\$ 4,1 bilhões. A TAG pode transportar até 7,5 milhões de m3 por dia.

A nova Lei do gás, em tramitação, garante um lucro sem riscos para o comprador mediante reajuste tarifário periódico. Por que a Petrobrás sai de um negócio tão lucrativo e passa a correr riscos de possível de mudanças de regulação?

## **3) VENDA DO CAMPO DE CARCARÁ:**

Uma das melhores áreas do pré-sal, pela qualidade do óleo, melhor que todos os demais, e a pressão maior do que os outros, permite produzir mais rápido. Não contém CO2 e H2S, e as elevadas pressões e grandes espessuras do reservatório, acima de 450m, reduzirão o Custo Total do projeto. Essas pressões farão as vazões superiores a 40.000 barris/poço e garante 45% de gás adicional por barril produzido.

A propriedade de Carcará garantiria à Petrobrás na área Norte gastando pouco e adquirindo uma área de excepcionais condições. Parente e sua diretoria entregaram uma jóia excepcional. (3)

A reserva é da ordem de 3 bilhões, com a promissora área de Guaxuma. Como 66% eram da Petrobrás, a Companhia detinha o 2 bilhões de barris. Esta parcela vendida pelo preço que a Petrobrás pagou ao Governo na cessão onerosa – US\$ 8,51 por barril – chegaria a US\$ 17 bilhões. Como ela foi vendido por US\$ 2,5 bilhões, redundou num prejuízo de **US\$ 14,5 bilhões (R\$ 49 bilhões)**; 60+49= 109 bilhões.

**Para os acionistas terem ideia do potencial do ativo, a área de Carcará Norte tem as mesmas estruturas de Carcará e volumes muito maiores que podem ser constatados pela nova sísmica 3D.**

## **4) VENDA DE FATIAS NOS CAMPOS IARA E LAPA DO PRÉ-SAL EM “ALEGADO**



## **ACORDO DE PARCERIA ESTRATÉGICA COM A FRANCESA TOTAL” POR US\$ 2,2 BILHÕES.**

lara tem uma reserva de 4 bilhões de barris, foram vendidos 22,5% dele, ou seja, 900 milhões de barris. Lapa tem uma reserva provável de 500 milhões de barris, logo 35% corresponde a 175 milhões de barris. Assim, a reserva total vendida tem **1,075 bilhão de barris**, tendo a Petrobrás recebido US\$ 1,6 bilhão. Considerando que os dois campos já estão produzindo, com toda a infraestrutura já montada e alta produtividade; considerando que o preço do barril está em US\$ 70 e o custo total de produção, do pré-sal, incluindo impostos, está em US\$ 20 por barril, o prejuízo é da ordem de 1,075 bilhão x US\$ (70-20) por barril = US\$ 54 bilhões. Se considerarmos o valor pagado, US\$ 1,6 bilhão, os 10% de royalties pagos e outras despesas como amortizações, depreciações, desconto e outras, **o prejuízo é da ordem de US\$ 30 bilhões (R\$ 102 bilhões)(4) 109+102= 211 bilhões** é o prejuízo até aqui.

### **5) LIQUIGÁS**

Foi vendida para o grupo Ultrapar. O atual Diretor Financeiro da Petrobrás – Ivan Monteiro - era presidente do Conselho de Administração da Ultrapar. Além do conflito de interesses, essa venda gera um monopólio privado da distribuição de um produto essencial para a população pobre: o gás de cozinha. Após a venda, o preço do gás já subiu mais de 20%; A venda foi vetada pelo TCU por cartel. Mas Parente insiste e pretende reabrir a venda para empresa estrangeira.

### **6) GASPETRO**

Foi vendida para a Mitsui, que foi citada na lava-jato. Além de não ser punida como as empresas nacionais de engenharia, ela ainda comprou um ativo importante por menos da metade do valor real.

### **7) COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO E COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO.**

Todas as petroleiras tem seu braço petroquímico. A Petrobrás abre mão de um componente econômico importante;

### **8) A PETROBRÁS VAI CEDER DE DIREITOS DE EXPLORAÇÃO**

Em águas rasas nos estados do Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte para empresa privadas, o que gerará desemprego por falta de investimento destas;

### **9) PETROBRÁS DISTRIBUIDORA:**

Abriu o capital da Petrobrás Distribuidora - joia da Coroa, grande geradora de alto fluxo de caixa e única distribuidora que leva combustíveis aos recantos mais afastados do País como Amazonas, Roraima e outros. Por isso, ela tem duas funções estratégicas. Uma é levar combustíveis nos reconditos do Brasil e a outra, caso haja preço maior de derivados



no país, é a única que seguirá comprando da Petrobrás e escoando combustíveis que geram empregos. As outras compram no exterior, gerando encalhe nas refinarias e desemprego; só não foi vendida porque ação judicial impediu.

## 10) VENDA DE PARTE DAS REFINARIAS

A diretoria da Petrobrás anunciou, no último dia 19, a decisão de privatizar quatro de suas refinarias: RLAM (Bahia), RNEST (Pernambuco), REPAR (Paraná) e REFAP (Rio Grande do Sul), que respondem por 37% da capacidade de refino do país. A intenção é vender 60% do capital das instalações industriais, incluindo 24 dutos e 12 terminais.

A justificativa, além da venda de ativos para reduzir a dívida (bancos estimam que possa arrecadar apenas US\$ 10,7 bilhões), é que a medida “visa acabar com o monopólio da Petrobrás no refino e proteger a empresa contra a ação do governo, garantindo preços internacionais para seus produtos e criando condições para a atração de novos Investidores para o setor”.

Não faz sentido essa justificativa de vender suas refinarias para ter um sócio que ajude a protegê-la do governo, representante de seu acionista majoritário e controlador, a União Federal. Portanto do povo brasileiro.

Mas, se a intenção é atrair recursos externos, seria mais razoável manter as unidades da Petrobrás, que já estão em operação e convidar os investidores a construir novas refinarias, uma vez que o país terá um déficit na sua capacidade de refino instalada nos próximos anos, necessitando importar derivados em grande quantidade, onerando as contas externas do país.

Mas os investidores estão interessados apenas nos ativos da Petrobrás, já em operação, amortizados, sem riscos, baratos e depreciados. Afinal, quantos teriam que gastar para construir refinarias com a capacidade instalada comprada?

**Todas essas vendas ocorrem sem licitação. Como as entidades de petroleiros vinham ganhando ações contra elas vendas, alegando falta de licitação, o Governo Temer emitiu o Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, em pleno feriadão, para validar a venda de ativos estatais sem licitação.**

**O Decreto nos leva a duas conclusões: 1) se ele foi necessário, significa que as vendas anteriores foram ilegais; 2) a promulgação do Decreto 9188/17 significa que outros ativos continuarão a ser vendidos.**

## 10) PARCERIA ESTRATÉGICA É O CODINOME DA PRIVATIZAÇÃO

As privatizações tem sofrido questionamentos na Justiça e no Tribunal de Contas da União (TCU). Em março de 2017 a Petrobrás divulgou que “adaptou o seu programa de desinvestimentos à sistemática aprovada pelo TCU”. A adaptação teve resultado sobre as vendas em andamento e não surtiu efeito sobre os projetos cujos contratos de compra e venda já haviam sido assinados.

A posição do TCU é contraditória, apesar de apontar os desvios dos processos de privatização permitiu que aqueles em fase avançada fossem concluídos sem reparo. Do



mesmo modo, o TCU e vários órgãos de controle se omitem em relação à política de substituição do monopólio estatal da União, exercido pela Petrobrás por monopólios privados o que é vedado pela Constituição Federal.

Então ficamos assim, desinvestimento não é privatização e parceria estratégica não é desinvestimento? É evidente que parceria é privatização, desrespeita as regras do TCU e do patriotismo.

### **11) CPI DA ALERJ**

Foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj, onde senhor Pedro Parente foi convidado a comparecer para esclarecer essas vendas de ativos. Parente se recusou, obteve liminar na justiça para não comparecer e não fornecer os dados dessas operações. Ora, um presidente de uma estatal da importância da Petrobrás para o País não pode se recusar a prestar esclarecimentos, a menos que tenha muita coisa a esconder. A Lei da transparência está sendo fortemente desrespeitada.

Um dos pontos intrigante dessas vendas perniciosas é que elas acontecem em plena operação Lava-jato, criada para investigar a corrupção na Petrobrás. A lava-jato tem gasto a maior parte de seus recursos para investigar o Sítio de Atibaia e o triplex de Guarujá, que juntos, não chegam a R\$ 2 milhões. Que é importante investigar, é, mas não se pode concentrar somente nisto enquanto a Diretoria da Petrobrás já deu um prejuízo de mais de R\$ 200 bilhões e continua planejando vendas inexplicáveis. Mais intrigante: o Juiz Sergio Moro veio à Petrobrás para ser homenageado pela sua a Diretoria;

### **12) POLÍTICA DE PREÇOS EQUIVOCADA DA PETROBRÁS**

A Petrobras implementou nova política de preços dos combustíveis baseada na paridade internacional, desde outubro de 2016, onde foram adotados preços mais altos, que viabilizaram a importação por seus concorrentes. A estatal perdeu mercado e a ociosidade de suas refinarias chegou a um quarto da capacidade instalada. A exportação de petróleo cru disparou, enquanto a importação de derivados bateu recordes.

#### **12.1) “ERROS NA POLÍTICA DE PREÇOS DO PASSADO NÃO JUSTIFICAM OS ATUAIS**

Aqueles que defendem a nova política de preços da Petrobras costumam apontar para os subsídios ao consumidor concedidos entre 2011 e 2014. Entendemos que uma empresa estatal pode, e deve ter outros objetivos, além de maximizar seus lucros no curto prazo, postura típica das multinacionais privadas controladas por agentes do sistema financeiro. O desenvolvimento e a segurança energética nacional estão entre os objetivos típicos das estatais do setor.

Ainda assim, a AEPET reconheceu excessos e erros na política de preços praticada entre 2011 e 2014. Nossa associação denunciou os problemas nas assembleias de acionistas de 2013, 2014 e 2015. (AEPET, Voto AGO-AGE da Petrobras em 2013, 2013) (AEPET, Voto AGO-AGE da Petrobras em 2014, 2014) (AEPET, Voto AGO-AGE da Petrobrás em 2015, 2015)



## 12.2) QUEM GANHA E QUEM PERDE COM A NOVA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRÁS?

Ganham os refinadores norte-americanos, os “traders” internacionais, os importadores de capital privado e as distribuidoras privadas. Perde a Petrobras com a ociosidade de suas refinarias e a entrega da sua participação no mercado brasileiro de combustíveis. Perde a maioria dos brasileiros que consomem, direta e indiretamente, os combustíveis com preços majorados. Perdem a União e os estados federados com os impactos recessivos e da arrecadação causados por preços elevados dos combustíveis. É necessário mudar a política de preços e a estratégia da Petrobras para utilizar o maior patrimônio dos brasileiros em favor dos seus interesses.

### CONCLUSÃO:

O Governo Temer, segundo o jornalista Glenn Greenwald, logo que assumiu, foi aos Estados Unidos, onde acertou a entrega dos bens do País, inclusive o petróleo do pré-sal e a Petrobrás ao cartel internacional do petróleo. Os 2º e 3º leilões do pré-sal demonstram que isto está sendo cumprido: a Shell comprou 2 blocos pagando os valores irrisórios de 11,53% e 22,87% do óleo lucro à União (no mundo, os países exportadores ficam com 80% do petróleo produzido). Além disto, o edital do leilão é criminoso: o percentual do óleo lucro, que é a parte que toca à União, pode chegar ao irrisório valor de 1% pela tabela nº 17 do edital. Este tipo de tabela é como jabuticaba: só tem no Brasil.

Foi editada a Medida Provisória nº 795, de 2017, já em vigor que reduz impostos para as petrolíferas até 2040, **gerando renúncia fiscal de R\$ 40 bilhões anuais, ou R\$ 1 trilhão em 25 anos**. Além disto, foi liberado o conteúdo local. Assim, os equipamentos e materiais virão de fora, os empregos que seriam gerados aqui, para engenheiros, técnicos e trabalhadores em geral serão criados no exterior; foi editado Decreto 9188/2017 que permite vender ativos sem concorrência. Agora foi editado o Decreto **9.355, DE 25 DE ABRIL DE 2018** Estabelecendo regras de para a cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural pela Petrobras. Ou seja, vão vender todo o patrimônio da Petrobrás, da Eletrobrás, dos aquíferos, do território e do futuro dos nossos filhos, dos nossos netos e do povo brasileiro. São crimes típicos de vendilhões da Pátria.

É preciso estancar esse processo. É preciso que o Ministério público e a justiça ajam rápido, senão o quadrilhão destrói o nosso País até o fim do seu mandato. Infelizmente, o povo está anestesiado pela grande mídia cooptada que só fala no tríplex de Guarujá e no sitio de Atibaia, que valem R\$ 2 ou 3 enquanto trilhões estão sendo saqueados do País.

### Diretoria da AEPET

- 1) Informações do Diretor de gás e energia da Petrobrás - Ildo Sauer
- 2) Fonte: relatórios da Petrobrás
- 3) Fonte: Luciano Seixas Chagas – Geólogo, ex-diretor da Barra Energia
- 4) Fonte: Paulo Cesar Ribeiro Lima – consultor legislativo - em seu trabalho: Análise da Medida Provisória nº 795.